

GÊNERO SOCIAL E MUDANÇA LINGÜÍSTICA:
REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A SOCIOLINGÜÍSTICA
GENDER AND LANGUAGE CHANGE:
THEORETICAL AND METHODOLOGICAL REFLECTIONS FOR SOCIOLINGUISTICS

Camila Bordonal Clempi¹

Angélica Rodrigues²

RESUMO

Neste artigo, reconhecemos que a correlação entre gênero social e variação linguística tem sido frequentemente orientada por interpretações essencialistas. Como alternativa, propomos tratar a variável gênero enquanto dimensão social e histórica, performativamente constituída e reiterada por práticas discursivas, por meio de uma releitura teórico-metodológica fundamentada nas teorias da performatividade (Butler, 2018a, 2018b) e da tecnologia de gênero (Lauretis, 1994). Para demonstrar a aplicabilidade dessa perspectiva, realizamos uma análise sociolinguística histórica da variação de marcas de segunda pessoa (2P/tu) e terceira pessoa (3P/você) na posição de sujeito no início do século XX (1915-1932) no português brasileiro. Utilizamos um corpus composto por 432 cartas publicadas na revista *A Cigarra*, voltada ao público feminino, contrapondo-o a um grupo controle, formado por outras 416 cartas distribuídas em duas diferentes amostras, definidas por um *continuum* de representações de gênero: a *Revista da Semana* ([+feminina ↔ -masculina]) e o *Correio Paulistano* (publicação [+masculina ↔ -feminina]). Os resultados evidenciam que o contexto social e a proposta discursiva das publicações influenciam o uso das variantes em estudo. Nossa análise revela como a imprensa feminina, enquanto tecnologia de gênero, constitui espaço de performatividades, oferecendo novos olhares para a compreensão do significado social na mudança linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística Variacionista. Sociolinguística Histórica. Estudos de Gênero. Gênero feminino. Imprensa feminina.

ABSTRACT

In this article, we acknowledge that the correlation between gender and linguistic variation has often been guided by essentialist interpretations. As an alternative, we propose treating gender as a social and historical dimension, performatively constituted and continuously reiterated through discourse practices, based on a theoretical-methodological reinterpretation grounded on performativity theory (Butler, 2018a, 2018b) and gender as a technology (Lauretis, 1994). In order to demonstrate the applicability of this perspective, we conduct a historical sociolinguistic analysis of variation between second (2P/tu) and third-person (3P/você) forms in subject position in early twentieth-century Brazilian Portuguese (1915-1932). Our study draws on a *corpus* of 432 letters published in *A Cigarra*, a magazine directed toward female readership, contrasting it with a control group, composed of 416 letters distributed across two different samples, defined along a continuum of gendered representations: *Revista da Semana* ([+feminine ↔ -masculine]) and *Correio Paulistano*.

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FCLAr), camila.clempi@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0003-1549-400X>.

² Professora Associada livre-docente na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FCLAr), angelica.rodrigues@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0003-1470-4634>.

([+masculine ↔ –feminine]). Results suggest that both social context and discourse orientation shape the use of the variants in the material under investigation. Our analysis shows how women's press, understood as a gender technology, constitutes a space for performative practices, offering new perspectives for understanding social meaning in processes of language change.

KEYWORDS: Variationist Sociolinguistics. Historical Sociolinguistics. Gender Studies. Female gender. Women's press.

1. Introdução

Desde os trabalhos fundadores de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e de Labov (2016 [1972]), a Sociolinguística se consolidou como uma área de estudo da linguística que compreende a língua como heterogênea, condicionada por fatores linguísticos e sociais e passível de análise em contextos reais de comunicação. Nesse modelo teórico-metodológico, a heterogeneidade ou a variação linguística são analisadas, portanto, tendo em vista variáveis internas e externas ao sistema linguístico (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), tornando possível a investigação de padrões gerais de usos linguísticos na sociedade.

Sob essa perspectiva, variáveis como idade, escolaridade, classe social e gênero se estabeleceram na área como importantes categorias de estratificação social. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que o gênero – também entendido, na literatura sociolinguística, sob outros rótulos, tais quais sexo, sexo/gênero – ainda é, muitas vezes, controlado e tratado como uma categoria estável. Esse modo de operacionalização pode resultar em interpretações essencialistas³ que associam o comportamento linguístico feminino, por exemplo, a prestígio ou conservadorismo, sem considerar a complexidade e a circunstância nas quais as práticas generificadas ocorrem (Bucholtz, 2002; Eckert; McConnell-Ginet, 2010; Wodak; Benke, 2017).

Neste artigo, retomamos tal discussão propondo uma releitura teórico-metodológica do gênero na Sociolinguística, amparada nas teorias sociais de performatividade (Butler, 2018a, 2018b) e de tecnologia de gênero (Lauretis, 1994). Nosso propósito é demonstrar a operacionalidade dessas noções por meio de uma investigação empírica no âmbito da Sociolinguística Histórica (Romaine, 2009), tomando como objeto a variação de marcas de 2P/tu e 3P/você na posição sintática de sujeito, quer seja o pronome, quer seja o traço morfológico do verbo, em cartas publicadas na revista *A Cigarra*, direcionada a um público feminino, contrapostas a um grupo controle⁴ (as cartas da *Revista da Semana* e do jornal *Correio Paulistano*), no início do século XX. Ao nos afastarmos de uma visão essencialista do gênero feminino, mostramos como as construções sócio-históricas especificamente em torno do papel social atribuído à mulher, em determinados contextos sociais, podem atuar nos processos de variação e mudança, ou seja, podem levar a um certo resultado quanto aos usos linguísticos. Ao articular fundamentos teóricos interdisciplinares à metodologia variacionista, propomos um avanço no

³ Como propõe Tosald (2010, p. 169), essencialismo é a “necessidade de estabilizar determinados grupos sociais enquanto sujeitos políticos”. Numa visão essencialista, as identidades que compõem os sujeitos são estanques.

⁴ Um grupo controle, nesta pesquisa, é um *cópus* (ou um conjunto de *cópus*) de comparação, de referência, permitindo-nos confirmar ou não nossas hipóteses.

debate sobre gênero social e a ampliação das possibilidades de interpretação de resultados estatísticos na Sociolinguística brasileira.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na seção 2, destacamos como a variável gênero tem sido explorada nos estudos sociolinguísticos, evidenciando limitações e desafios teóricos. Na seção 3, apresentamos as contribuições das teorias da performatividade (Butler, 2018a, 2018b) e da tecnologia de gênero (Lauretis, 1994) para uma abordagem interdisciplinar de gênero em análises sociolinguísticas; em 3.1, especificamente, em diálogo com a discussão anterior, trazemos à tona a imprensa feminina enquanto tecnologia de gênero e espaço de performatividade. Já na seção 4, dedicamo-nos a mostrar a aplicabilidade desse modelo teórico-metodológico em uma pesquisa sociolinguística histórica. Por fim, na seção 5, sintetizamos as principais considerações deste trabalho.

2. Gênero na Sociolinguística Variacionista

Pioneiro a testar o condicionamento da categoria social gênero nos processos de variação linguística, Labov (1990, 2001) formula o Paradoxo do gênero com base em observações de fenômenos fonológicos. Segundo o autor, em comparação aos homens, as mulheres tendem a adotar com maior frequência variantes de prestígio em mudanças “vindas de cima” (acima do nível de consciência social), incorporadas pela classe socioeconômica dominante, ao mesmo tempo que favorecem o uso de variantes inovadoras em mudanças “vindas de baixo” (abaixo do nível de consciência social).

Nas “mudanças vindas de cima”, Labov (2001) associa o comportamento linguístico das mulheres à sua menor inserção econômica, argumentando que elas recorreriam à língua como estratégia de gerar avaliações sociais positivas associadas a classes econômicas mais altas. Em sua interpretação, o uso de formas mais prestigiosas refletiria uma condição de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança psicológica e social. Além disso, essa escolha estaria vinculada ao papel social da mulher como “mãe educadora”, responsável pela transmissão de capital simbólico e pela mobilidade social dos filhos.

Já nas mudanças “vindas de baixo”, as mulheres tendem a ser, numa análise em busca de padrões gerais, as principais impulsionadoras da mudança linguística (Labov, 2001). Essa liderança, evidenciada em seu estudo na Filadélfia, é explicada pela posição central que ocupavam em suas redes sociais (Milroy, 1980), que não se reduziam às localidades em que viviam. Tal contexto lhes conferiria, de acordo com Labov (2001), maior influência entre parentes e amigos, favorecendo a difusão de novas variantes na comunidade de fala.

As hipóteses labovianas, ao introduzirem o gênero como categoria analítica relevante e ao demonstrarem empiricamente sua correlação com padrões de variação e mudança linguísticas, passaram a ser incorporadas largamente nas pesquisas sociolinguísticas, trazendo contribuições valiosas para a explicação do encaixamento social da mudança. Todavia, a adoção dessas hipóteses como um pressuposto válido universalmente, ignorando ou minimizando diferenças sociais, históricas e contextuais entre os sujeitos, constitui um problema que buscamos endereçar neste texto. Inclusive, porque esse movimento pode levar ao viés da confirmação, que, como define Nickerson (1998),

consiste na tendência de buscar, selecionar ou interpretar resultados de modo a corroborar expectativas previamente estabelecidas.

No âmbito da Sociolinguística, isso significa que a análise dos dados pode ser conduzida para se alinhar às tendências previstas por Labov (1990, 2001), em vez de permitir que os próprios dados revelem padrões que eventualmente desafiem ou ampliem tais hipóteses. Esse risco é apontado por Oushiro (2020), que observa que a correlação entre gênero e uso de variantes avaliadas como prestigiosas, frequentemente documentada na literatura, em estudos como os de Fasold (1990) e Trudgill (1972), pode passar a ser tomada como expectativa de resultado em novas pesquisas, quando deveria permanecer como uma questão a ser observada e testada.

Os questionamentos de Freitag (2015, p. 38) também ilustram esse problema: “mulheres usam determinadas variáveis porque elas têm prestígio ou as variáveis têm prestígio porque as mulheres usam? O fato de constatar que as mulheres aderem a uma variante implica em generalizar que a variante tem prestígio?”. Ou seja, quando a interpretação se ancora na hipótese laboviana clássica, corre-se o risco de naturalizar uma relação causal não comprovada: considerar que o emprego de uma variante por mulheres basta para qualificá-la como prestigiada ou, inversamente, assumir que uma variante é prestigiosa e, por isso, é mais utilizada por mulheres. Em ambos os casos, a correlação entre gênero e prestígio deixa de ser empiricamente verificada e passa a ser deduzida a partir da expectativa teórica, inclusive baseada em estereótipos sociais.

Vejamos que o próprio Labov (2016 [1972], p. 21) adverte:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.

No Brasil, a consolidação de bancos de dados sociolinguísticos de “primeira onda” (Eckert, 2012)⁵ colabora, em nosso entendimento, para a adoção desse tipo de abordagem. Ao ser registrado em fichas sociolinguísticas como um atributo demográfico estável, definido no momento da coleta, o gênero passa a integrar o perfil do sujeito como uma informação dada, raramente acompanhada de uma discussão sobre suas configurações sociais e históricas. Nas palavras de Freitag (2015, p. 46), por ser *default*, “controlar a variável sexo/gênero é uma praxe; tendo ou não uma hipótese do seu efeito sobre o fenômeno, não há custo operacional em incluí-la na análise, na medida que a categorização já vem pronta, sem requerer reflexões analíticas do pesquisador”.

⁵ As ondas sociolinguísticas, tal como prevê Eckert (2012), representam tendências distintas (e coexistentes) de análise do contexto social da variação linguística. Convém ressaltar que, apesar de os estudos de segunda e terceira ondas darem ênfase ao engajamento social nas práticas de interação, verificando o gênero como categoria social situada (Eckert, 2012), a Sociolinguística brasileira ainda se desenvolve majoritariamente a partir da abordagem de primeira onda (Freitag; Martin; Tavares, 2012). Para Eckert (2012), os trabalhos de primeira onda definiram a base metodológica do campo, relacionando variáveis linguísticas a categorias sociais, como classe, gênero e idade, e analisando o estilo de fala segundo traços de prestígio ou estigma.

Nessas circunstâncias, muitas vezes, as noções de “mulher” e de “homem” são pressupostas em construções de amostras estratificadas voltadas à identificação de padrões gerais, como advertem Eckert e McConnell-Ginet (2010). Talvez seja por isso que a ideia de “mulher universal”, desprovida de raça, classe e sexualidade, por exemplo, tão rebatida por teóricas feministas (Crenshaw, 1991; Davis, 2016; hooks, 2020), faz-se presente nos trabalhos que se debruçam sobre fenômenos variáveis, em especial quando levantam conclusões generalizantes, como a de que as mulheres aderem mais a variantes de prestígio do que os homens por serem vistas como modelo linguístico a se seguir, tal como formulado por Labov (1990, 2001).

A concepção homogeneizadora da mulher como sujeito social, relegada a papéis tradicionais (de cuidado, domesticidade, docilidade etc.), reforça uma visão essencialista de gênero e opera no sentido de apagar as diferenças e hierarquias que estruturam as experiências dos indivíduos em contextos sociolinguísticos distintos (Eckert; McConnell-Ginet, 2010). É por essa razão que, segundo Barbosa (2025), quaisquer interpretações sobre o papel da mulher nos processos de variação e mudança linguística que não levem em conta a triangulação dos fatores gênero, raça e escolaridade estarão sempre tendendo a visões limitantes do comportamento social e linguístico das mulheres. Dessa maneira, concordamos com Levon e Mendes (2016) de que as análises da linguagem devam se beneficiar de uma perspectiva interseccional, na qual gênero seja considerado em articulação com outras dimensões da vida social, permitindo uma compreensão mais situada dos significados linguísticos.

Em estudos sociolinguísticos históricos (*cf.* Romaine, 2009), voltados, portanto, ao passado da língua, o desafio em controlar e interpretar o condicionamento dessa variável é ainda maior, uma vez que os textos escritos disponíveis dificilmente fornecem informações seguras acerca da autoria e, por conseguinte, dos perfis sociais dos informantes. Além disso, como apontam Auer *et al.* (2015), os textos produzidos em sincronias pretéritas são, em geral, atribuídos a homens brancos, letrados, pertencentes às classes sociais mais altas.

Como tentativa de superar esses desafios, propomos um alinhamento metodológico que visa à incorporação da teoria da performatividade, desenvolvida por Butler (2018a, 2018b) e incorporada ao debate sociolinguístico por Levon e Mendes (2016), e da tecnologia de gênero (Lauretis, 1994), apresentadas na seção seguinte, como instrumentos capazes de viabilizar uma análise mais profunda e socialmente sensível da mudança linguística.

3. Contribuições de teorias sociais para análise de gênero na Sociolinguística

A partir das discussões apresentadas, trazemos à luz, neste artigo, uma reorientação teórico-metodológica, fundamentada nos estudos de gênero. O objetivo é evitar interpretações essencialistas dos padrões linguísticos, adotando uma perspectiva que compreenda o gênero como processo socialmente situado. Para tanto, tomamos a imprensa voltada ao público feminino como *cópus* de investigação e a concebemos como tecnologia de gênero (Lauretis, 1994) e espaço de performatividade (Butler, 2018a, 2018b).

Para Butler (2018a), gênero não é uma essência interior nem uma identidade fixa do sujeito, mas uma realidade social fabricada por meio da repetição estilizada de atos, gestos e discursos. Gênero, em sua visão, é uma performance⁶, uma reiteração de normas sociais impostas por práticas regulatórias de poder, ou seja, é o que se faz, não o que se é. Logo, a performance é moldada por certos significados e por certas expectativas sociais quanto a ser mulher/homem.

Valendo-se de diferentes reflexões (teatrais, filosóficas, antropológicas e fenomenológicas), Butler (2018b, p. 160) afirma:

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em formas do gênero, essa ‘ação’ é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária — um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito.

A performatividade em Butler (2018b), dessa maneira, está relacionada à ideia de uma encenação coletiva, como no teatro, tendo em conta os papéis binários e heteronormativos de mulher/homem sócio-historicamente definidos. Nesse contexto, a noção de público (a audiência à qual o sujeito se dirige ao realizar suas performances de gênero) é central no pensamento butleriano. Nessa perspectiva, o(s) “outro(s)” integra(m) o imaginário social, uma vez que atitudes e comportamentos são identificados, mediante modelos normativos, como femininos ou masculinos. Em razão disso, a performance de gênero se constrói em consonância com expectativas sociais que determinam como devemos agir e nos enquadrar em um sistema binário.

Isso significa que, quando declaramos “somos mulheres”, estamos assumindo um conjunto de condutas alinhadas a modelos culturalmente prescritos de feminilidade. De forma semelhante, Cyfer (2015), também ancorada na teoria butleriana, observa que o reconhecimento social de alguém como mulher ou homem é uma “condição alcançada pela manifestação pública de comportamentos associados à masculinidade e à feminilidade” (Cyfer, 2015, p. 46). Portanto, não existe uma essência natural que defina o sujeito. São os atos performativos que constroem a identidade de gênero e produzem a ilusão de um pertencimento a uma categoria.

Nessa lógica, a linguagem emerge como um dos elementos para a materialização do gênero, como uma instância produtora das identidades dos sujeitos. Na interface com a Sociolinguística, tal perspectiva revela que as escolhas linguísticas funcionam como atos performativos e recursos estilísticos pelos quais os falantes negociam, constroem e manifestam suas posições de gênero de maneira situada e interacional. As diferentes maneiras de falar e escrever tornam-se, então, estratégias

⁶ Cumpre distinguir performatividade e performance na teoria butleriana: ao passo que a performance pode ser um ato individual, a performatividade é um ato coletivo.

discursivas que participam da encenação e da negociação contínua do gênero, não estando rigidamente associadas a “mulheres” ou “homens”, uma vez que são guiadas pelos modos de agir e significar socialmente (Levon; Mendes, 2016; Podesva, 2007, 2011).

Tal entendimento, por um lado, pode ampliar o alcance da análise sociolinguística, pois desloca o foco das categorias fixas para os processos de construção social do gênero, permitindo examinar como valores, normas e representações de feminilidade e masculinidade são inscritos e reinscritos nas práticas discursivas, inclusive na escrita de diferentes épocas e meios de circulação. Por outro, a tradição quantitativa na Sociolinguística depende, em grande parte, da estabilização de categorias sociais. Nosso desafio é, portanto, unir abordagens quanti e qualitativas em um conjunto extenso de dados, de modo a identificar padrões linguísticos generalizáveis e interpretar os significados sociais presentes nos dados. O problema central reside, dessa maneira, em desenvolver metodologias que possibilitem identificar regularidades linguísticas em *cópus* de fala/escrita sem reduzir gênero a uma variável fixa.

Por isso, é útil trazer, em articulação à teoria da performatividade, a noção de tecnologia de gênero, proposta por Lauretis (1994). Conforme a autora, gênero é uma construção que se dá por intermédio de diferentes mecanismos, como as tecnologias sociais (revistas e jornais, rádio, televisão etc.), “e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (Lauretis, 1994, p. 209). Em outros dizeres, os meios de comunicação e os discursos sociais são dispositivos que constroem, normalizam e naturalizam o que é ser “mulher” e “homem” em um dado contexto.

Lauretis (1994, p. 220) traz um exemplo:

a partir do momento em que assinalamos o F num formulário, ingressamos oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais de gênero, e fomos ‘engendradas’ como mulheres, isto é, não são apenas os outros que nos consideram do sexo feminino, mas a partir daquele momento, nós passamos a nos representar como mulheres.

À medida que a noção de performatividade revela que o gênero se constitui na repetição de atos, o conceito de tecnologias de gênero demonstra que esses atos são sempre orientados por aparatos culturais mais amplos, como é o caso da imprensa feminina, explorada mais adiante (*cf.* subseção 3.1). Sob esse olhar, convém destacar que a escrita também pode ser compreendida como prática performativa, atravessada por convenções sociais que regulam modos de dizer e de representar o feminino, por exemplo. Em linha com Cixous (2022), escrever é inscrever-se na linguagem e, nesse movimento, expor as marcas do corpo, da experiência e da diferença. Pensar a escrita em contextos de produção feminina, portanto, é refletir sobre como certas formas de dizer se repetem, se consolidam e tensionam as normas de gênero que as produzem.

Nesse sentido, as teorias aqui discutidas, se atreladas em um estudo sociolinguístico, podem oferecer um caminho metodológico: a depender do *cópus* e dos objetivos de pesquisa, a exemplo de Clempi (2019, 2024) e Rodrigues, Clempi e Félix (2023), é possível analisar quanti e qualitativamente

os padrões sociolinguísticos que caracterizam performatividades generificadas, sem atribuí-los a identidades fixas dos falantes/escreventes, mas aos papéis e modelos que esses textos constroem e disseminam.

3.1. Imprensa feminina enquanto tecnologia de gênero e espaço de performatividade

Ao lançar mão de um corpus composto por cartas publicadas em revistas femininas nos anos noventa, lidamos com as questões sobre a autoria e sobre a própria realidade sócio-histórica das mulheres em relação à escrita. Isso porque, ao longo da história, o ato de escrever foi atravessado por restrições simbólicas e institucionais que afastavam as mulheres dos espaços de produção textual e intelectual.

Entre os séculos XIX e XX, de acordo com Heller (2001) e Dumont e Santo (2007), a educação feminina, ao ser acessada por camadas mais altas da sociedade brasileira, voltava-se à formação moral e doméstica. Nesse cenário, a escrita e a leitura eram consideradas inadequadas ou mesmo perigosas quando associadas à autonomia e à reflexão crítica. Diante das limitações impostas, muitas autoras recorriam a pseudônimos masculinos para garantir circulação e legitimidade a seus textos.

Assim, assumimos que a imprensa feminina se configura como um dispositivo para a produção e difusão de modelos de feminilidade, operando como uma tecnologia de gênero. Consolidada por meio de revistas, mais do que um simples veículo de informação, a imprensa feminina institui um ideal feminino, com certas formas de pensar e agir, articulando e acionando discursos sobre comportamento, moralidade e domesticidade. Ao mesmo tempo, essas publicações também atuavam na regulação das práticas de leitura e escrita, delimitando os temas considerados apropriados às mulheres e os modos pelos quais elas poderiam se expressar.

Nessa orientação, em alinhamento com Bassanezi (1996, p. 15), compreendemos que:

As revistas buscam, na medida do possível, refletir um aparente consenso social, ou melhor, as ideias dominantes sobre o masculino, o feminino e as relações homem-mulher. Assim, elas também são espaços onde as relações sociais, com sua distribuição de poder, se estabelecem, são produzidas, reforçadas e reproduzidas.

Retomando o período de sua popularização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, evidenciamos que essa construção do ideal feminino pela imprensa especializada atuava como um mecanismo de regulação social. Longe de promover emancipação, essas publicações reforçavam os limites do espaço feminino, restringindo-o a uma esfera doméstica idealizada. O discurso da modernidade, quando presente, era instrumentalizado para atualizar e perpetuar estruturas patriarcais⁷, definindo os termos aceitáveis para a atuação da mulher na sociedade. Dessa forma, a imprensa feminina alinhava os valores hegemônicos da época mediante repetição performática de normas de gênero em textos, imagens e anúncios, por exemplo.

⁷ Entendemos patriarcado, da mesma maneira que Pedro (2005, p. 79), como “o poder dos homens na subordinação das mulheres”.

É nesse contexto que se insere *A Cigarra*, uma revista que circulou entre os anos de 1914 e 1975, direcionada a um público consumidor feminino, por hipótese branco, jovem-adulto, culto, letrado, de camadas médias a altas e situado, de início (1914-1932), no estado e na cidade de São Paulo. Fundado por Gelásio Pimenta, o periódico quinzenal foi pensado, paradoxalmente, por homens. Não por acaso, de acordo com Moreira (2011, p. 94), havia “uma tendência particular da própria *A Cigarra* em destacar assuntos mais suaves que se ‘adequavam’ às mulheres”. O anúncio adiante, em que o papel de mulher é atrelado à beleza, valida a questão:

Imagem 1: Anúncio publicado na revista *A Cigarra* (ano de 1915)



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo ([2025]). Revista *A Cigarra*, edição 23 (ano de 1915).

Sob a perspectiva de Butler (2018a, 2018b), as páginas d’*A Cigarra* podem ser vistas como um espaço de encenação coletiva e repetida de feminilidade. A seção destinada a cartas, em particular, funcionava como um palco no qual se dramatizavam dilemas pessoais e se expressava intimidade, sempre mediada pelo olhar editorial. Além disso, a partir da noção de tecnologia de gênero, a revista se revela como um aparato que oferece o roteiro e o cenário para a performatividade de gênero. Ela não só retratava “a mulher”: construía o “feminino” como uma categoria reconhecível, desejável e regulada por meio da repetição de histórias, conselhos e modelos de interação que orientavam comportamentos e modos de ser.

O excerto abaixo, extraído do início da seção de cartas *Colaboração das leitoras*, escrito pelo redator, ilustra qual era a perspectiva d’*A Cigarra*:

- (1) É com imenso prazer que registramos o successo sempre crescente desta secção d’<*A Cigarra*>, destinada ás nossas gentilissimas leitoras, para que possam manifestar-se sobre **assumptos de nossa vida social**. Augmentou consideravelmente o numero de cartas enviadas á nossa redacção e escriptas por **delicadas mãos femininas**. Na impossibilidade de publical-as todas, daremos apenas algumas neste numero (*A Cigarra*, outubro de 1915, grifos nossos)⁸.

⁸ Trecho transcrito como no original. Dados disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo ([2025]) e na Biblioteca Nacional Digital ([2025]).

Na introdução da seção, a revista demarca bem o espaço das mulheres: a elas competia tratar de aspectos circunscritos à vida social com suas “delicadas mãos femininas”, o que deixa implícito o papel de fragilidade relegado às leitoras. As cartas, nesse viés, promoviam um espaço para as mulheres poderem escrever, desde que fosse a respeito de determinados assuntos, ligados a um certo papel feminino e a um ideal de feminilidade, como exemplificamos em (2):

- (2) Eis-me novamente aqui, ‘Cigarrinha’ gentil, deixando na gaze finissima das tuas asas sedutoras os affectuos beijos que te prometti. [...]. Não te esqueças nunca querida, que eu sou tua amiga e que te adora immensamente; queres tambem ser minha amiguinha? [...]. Pois bem, então escuta-me agora, que eu te direi algumas cousas que sei de Mr. D. I. Tu o conheces sem duvida, não? [...] O jovem de quem falo é uma dessas creaturas para quem a vida não é senão um sorriso, um desabrochar perenne de flores. [...]. Já sabes quem é, ‘Cigarrinha’? Eu vou terminar porque já fui bastante cacete, não é? Espero que não te esquecerás de mim e que aceitarás o convite que te faço de ires á missa das 9 no Coração de Maria. Lá encontrarás o meu perfilado e a tua sempre amiguinha dedicada e agradecida. Cruz Vermelha” (*A Cigarra*, agosto de 1917).

Observamos, com o exemplo, que o segmento era composto por sugestões, comentários e observações envolvendo aspectos da sociedade da época. No trecho (2), aparece como remetente a revista *A Cigarra*, considerada uma amiga das leitoras. Nesse contexto amigável, era comum o uso de diminutivos (“Cigarrinha”, “amiguinha”) para fazer referência ao periódico. Verificamos também a presença de pseudônimos (Cruz Vermelha) e iniciais (D. I.), recursos comumente empregados nesses textos. A esse respeito, de acordo com Moreira (2011, p. 94), “ao contrário da literatura, em que mulheres eram obrigadas a assinar nomes masculinos para publicar seus escritos, na imprensa feminina foram os homens que tiveram que inventar pseudônimos com nomes de mulher”.

A *Colaboração das leitoras* permaneceu ativa até 1930 e era um sucesso entre as consumidoras da revista, tendo em vista que ocupava muitas páginas (15-35 de 50-100 do total), o que a tornava próxima de um suplemento. De acordo com Besse (1999, p. 31), “essa seção proporcionava um foro aberto mas anônimo para o debate sobre os costumes modernos e o comportamento adequado às mulheres e servia como uma coluna de mexericos e assuntos pessoais”. O pressuposto aqui era de que as leitoras escreviam tanto para a revista quanto para outras leitoras, ou mesmo para outros destinatários (amorosos ou não), o que poderia ampliar as possibilidades de interação propostas.

Fatores sócio-históricos, como acesso à educação e classe social, nos fazem deduzir que as publicações não eram escritas necessariamente por mulheres, mas representavam e reproduziam o que a sociedade interpretava como sendo (de) mulher(es), o que pode ser útil para uma análise sociolinguística que se volte às questões de gênero (feminino). Nesse sentido, podemos afirmar que a autoria desses textos se torna não central do ponto de vista metodológico.

Em outras palavras, o que defendemos é que a autoria de cada carta, nesta pesquisa, não precisa ser atestada nem controlada, como em uma estratificação sociolinguística tradicional, tendo em vista que o que está em jogo é uma escrita na qual há performatividade de um “feminino”. Tal escrita, devemos destacar, não corresponde a um retrato fiel da realidade das diferentes mulheres da época.

Trata-se de uma representação normativa do real, um modelo discursivo de feminilidade que a revista, em seu conjunto, enquanto tecnologia de gênero, produzia e disseminava.

Mesmo que represente uma determinada mulher (branca, de classes socioeconômicas mais altas), o trabalho com o texto escrito, em particular o relacionado a esse tipo de material, para a formação de um corpus de pesquisa, pode favorecer uma discussão sobre a construção social do gênero feminino em dados linguísticos.

4. Gênero feminino, imprensa feminina e mudança linguística: uma análise da variação entre tu/você

Visamos a demonstrar, nesta seção, a aplicabilidade da abordagem teórico-metodológica sobre a qual discorreremos até aqui. Propomos explorar, por meio de evidências de textos pretéritos, como processos de variação e mudança linguísticas podem ser sensíveis à construção social de papéis associados ao gênero feminino. Para isso, investigamos as marcas (quer seja o pronome, quer seja o traço morfológico do verbo) de segunda pessoa do singular (2P/tu)⁹ e de terceira pessoa do singular (3P/você) na posição sintática de sujeito, no início do século XX (anos de 1915 a 1932).

O recorte temporal se justifica por ser esse um período em que a variante ‘você’ parece competir mais assiduamente com ‘tu’, variante mais antiga na língua (Lopes; Duarte, 2007; Pereira, 2012; Rumeu, 2008; Souza, 2012). Do ponto de vista sociopragmático, ‘tu’ tendia a indexar relações marcadas por proximidade, familiaridade e envolvimento entre os participantes da interação. Já ‘você’, resultante da gramaticalização de ‘Vossa Mercê’, preservava traços de indiretividade e distanciamento herdados da forma-fonte, sendo, nos termos de Koch (2008), uma estratégia menos invasiva para se referir a um interlocutor. Esses valores, socialmente construídos a partir de percursos históricos distintos, embora tenham se dissipado atualmente, encontravam-se em circulação no período em análise (Faraco, 2017; Lopes *et al.*, 2018; Rumeu, 2008)¹⁰.

O corpus principal de nossa pesquisa é constituído por 432 cartas publicadas na revista *A Cigarra*, direcionada ao público feminino. Tal como discutimos anteriormente, esse periódico pode ser entendido como uma tecnologia de gênero, que produzia um modelo de feminilidade, performando um tipo de mulher mediante um discurso de intimidade e familiaridade, o que torna o material produtivo à análise do fenômeno variável em questão. Com isso, buscamos analisar o gênero feminino de maneira a contemplar o conjunto-revista, sem nos ater, portanto, ao sujeito escrevente de forma individualizada.

Os resultados obtidos foram confrontados com aqueles provenientes de um grupo controle, composto, do mesmo modo, por 432 cartas distribuídas em duas diferentes amostras. Diferentemente da revista *A Cigarra*, cuja segmentação voltada ao público feminino é mais explícita, como demonstramos

⁹ Nos corpus, não foram atestados usos de ‘tu’ com morfologia verbal de terceira pessoa.

¹⁰ A literatura indica que ‘você’, derivado de ‘Vossa Mercê’, perde progressivamente seu valor cerimonioso e passa a concorrer com ‘tu’ nos mesmos domínios sociofuncionais, sobretudo a partir da década de 1930 (Faraco, 2017; Lopes *et al.*, 2018; Rumeu, 2008).

até aqui, os periódicos selecionados não apresentam uma definição de público baseada em gênero. Todavia, na prática, podem ter um direcionamento maior dos conteúdos, ora para mulheres, ora para homens, como nos sugerem capas, textos, anúncios e vendas dos periódicos, além de estudos sobre a história de revistas e jornais do século XX de maneira geral (Casadei, 2017; Czrnorski; Meyrer, 2016; Mira, 2001; Scalzo, 2016).

Por esse motivo, o grupo controle foi organizado a partir de um *continuum* de práticas sociais e de representações de gênero, levando em conta o direcionamento predominante de seus conteúdos. Nesse *continuum*, a *Revista da Semana* é situada como publicação [+feminina ↔ -masculina], enquanto o *Correio Paulistano* é caracterizado como publicação [+masculina ↔ -feminina]¹¹.

Transcritos na forma original, os trechos a seguir ilustram o fenômeno linguístico e os corpúscos em análise¹²:

(i) *A Cigarra* (publicação feminina):

- (3) [...]. ah! ‘Cigarrinha’, não **imaginas** o meu constante soffrer com essa ingratidão! Se **tu** visses a magoa do meu coração, talvez **virias** enxugar as minhas lagrimas. Julgo-me a mais infeliz entre as moças. A unica consolação que me resta é fazer de ti a minha confidente, [...] (*A Cigarra*, novembro de 1917).
- (4) Sou de facto muito animada. Diz **você** que se sentiu lisonjeada com a leitura de minha cartinha, pois, confessando-me ao Alcebiades, usei das mesmas expressões que **você** empregou numa carta dirigida ao poeta Guilherme de Almeida [...] (*A Cigarra*, março de 1922).

(ii) Grupo controle de publicação [+feminina ↔ -masculina] *Revista da Semana*:

- (5) [...] Ah! como **tu** foste cruel, não me dissimulando o terror que se apossou do teu espirito, deixando-me entrevêr as maiores desgraças e accusando-me de negligencia, como se tivesse sido eu, só eu, a culpada da perda das tuas cartas! [...]. Como **tu** foste egoista! [...] Já tenho as tuas cartas. [...] (*Revista da Semana*, julho de 1915).
- (6) [...] Vocês gostariam de ver o viveiro que fizemos no pomar: canarios, pintassilgos, sonhaços, arapongas... são tantos os passarinhos! **Você** bem sabe como é o Mario: de quando em quando muda de mania. Agora já não quer saber da colleção de sellos [...] (*Revista da Semana*, julho de 1931).

(iii) Grupo controle de publicação [+masculina ↔ -feminina] *Correio Paulistano*:

- (7) [...] Visses **tu** esse fragmento de pelle exposto á voracidade dos meus olhos allucinados... Perdi o negocio do feijão, porquanto, preso ao engôdo desse escandaloso e divino decote, não desci, como projectára na praça Antonio Prado. Segui, preso áquelle trecho sublime de paizagem humana, mudo, fascinado, extatico, cataleptico... [...] (*Correio Paulistano*, abril de 1920).

¹¹ Ambos os materiais estão disponíveis em formato digitalizado no site da Biblioteca Nacional Digital ([2025]).

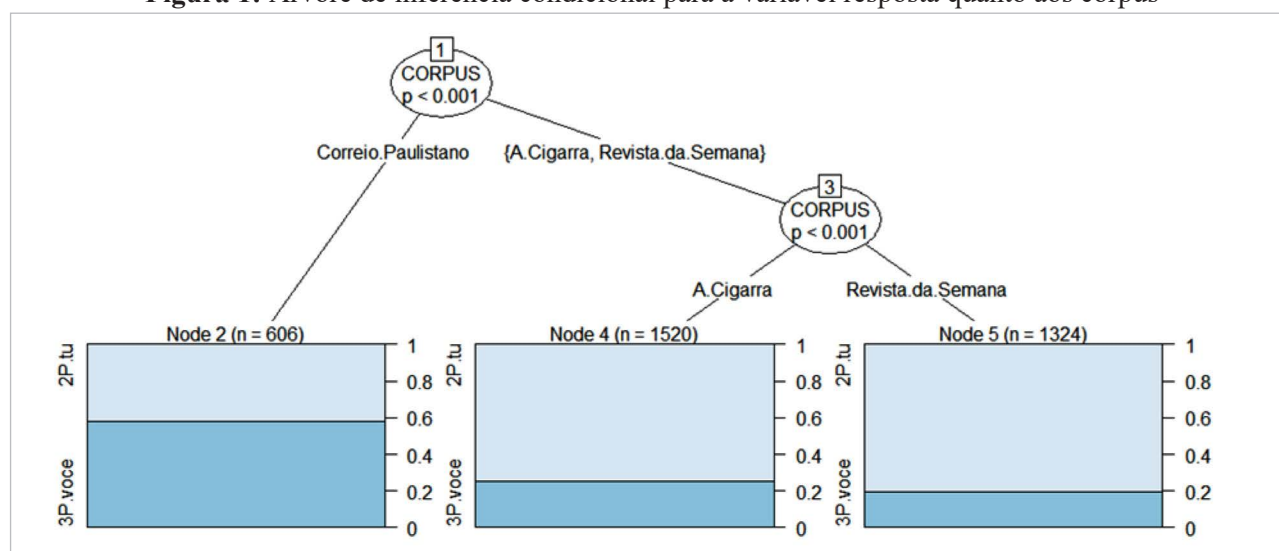
¹² A apresentação dos exemplos obedece ao seguinte critério tipográfico: em construções de sujeito pleno, a variável em estudo (tu/você) é grafada em negrito e seu verbo é sublinhado. Nos contextos de sujeito nulo, o verbo flexionado, que carrega o traço morfológico de pessoa, recebe negrito e é sublinhado.

- (8) Si **você**, depois, quizer detalhes sobre a doutrina e processos dessa grey, poderei, com documentação farta, evidenciar a absoluta verdade do que allego. Deante de taes attitudes, compreendo que, por obra de patroticas devoções civicas, o Brasil entra numa phase de disciplina rigorosa e reconstrucção nacional, [...]. Após 7 annos de pesquisas, é tempo de se entrar numa phase de reconstrucção sadia e fecunda [...] (*Correio Paulistano*, maio de 1929).

No intento de verificar padrões indicativos de mudança linguística na direção de 3P/você pela perspectiva sociolinguística, os dados foram submetidos a uma análise quantitativa, com o tratamento estatístico, após coleta e codificação, feito com o auxílio da linguagem de programação R (R Core Team, 2023).

Apresentamos, abaixo, os resultados gerais¹³, gerados a partir de uma análise inferencial, em relação à distribuição de uso da variável resposta (marcas de 2P/tu e 3P/você) quanto aos corpú:

Figura 1: Árvore de inferência condicional para a variável resposta quanto aos corpú



Fonte: Elaborada pelas autoras.

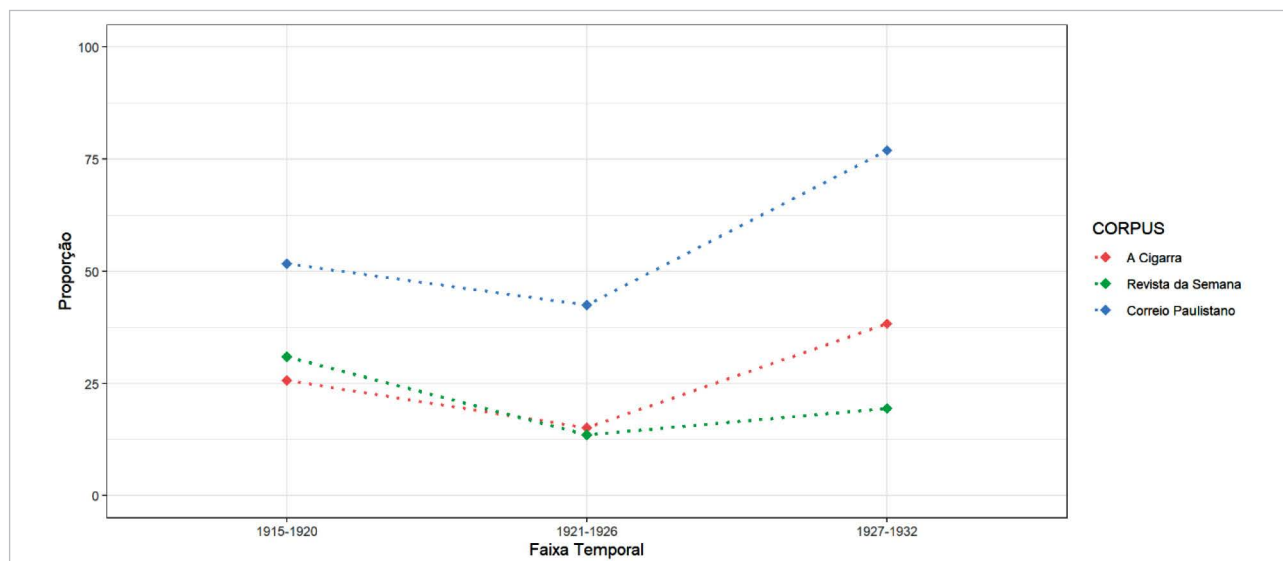
Com a figura 1, podemos visualizar os padrões de uso das variantes da variável resposta nos diferentes corpú. O primeiro nó da árvore apresenta duas ramificações para os corpú: a primeira, posicionada à esquerda, é referente aos dados do *Correio Paulistano* (grupo controle de publicação [+masculina ↔ -feminina]), e a segunda, posicionada ao centro e à direita da figura, diz respeito aos dados d’*A Cigarra* (publicação feminina) e da *Revista da Semana* (grupo controle de publicação [+feminina ↔ -masculina]). As divisões em “galhos” também indicam valores de $p < 0,05$, obtidos

¹³ Dado o objetivo deste artigo, nosso foco, nesta seção, é apresentar apenas resultados gerais. Contudo, convém salientar que, na pesquisa, fizemos testes de regressão logística considerando (i) as variáveis respostas: marcas de 2P/tu e marcas de 3P/você; (ii) as variáveis previsoras: tipo de sujeito, contexto verbal, paralelismo linguístico, tipo de comunicação, temática, papel social do referente e faixa temporal; e (iii) a variável aleatória: identificação de autoria. Além de discutir os resultados das análises multivariadas em termos estatísticos, também olhamos para os dados de um ponto de vista qualitativo (Clempi, 2024), tendo em conta a pertinência do contexto para o entendimento do fenômeno.

pelo conjunto de variáveis (nesse caso, a variável resposta + a variável previsor corpus) inseridas no modelo. De modo geral, do ponto de vista estatístico, os resultados indicam que o jornal tem uma distribuição das variantes significativamente diferente em comparação a ambas as revistas.

Enquanto nas cartas d'*A Cigarra* e da *Revista da Semana* o uso de 3P/você corresponde, respectivamente, a 26% (N = 388/1520) e 20% (N = 262/1324), no *Correio Paulistano* a mesma variante atinge 58% de ocorrências (N = 352/606). Ao verificar a faixa temporal¹⁴, confirmamos que o *Correio Paulistano* tende a avançar mais rápido em direção a 3P/você:

Gráfico 1: Proporção de uso de 3P/você quanto à faixa temporal em *A Cigarra* e grupo controle



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esses achados colocam-se, à primeira vista, em desacordo com estudos sociolinguísticos anteriores (Rumeu, 2008; Pereira, 2012; Souza, 2012), os quais, apoiados no Paradoxo do gênero formulado por Labov (1990, 2001), associam as mulheres à liderança na mudança em favor de ‘você’ com base na análise de cartas pessoais. Tal diferença, no entanto, torna-se compreensível quando consideramos as condições específicas de produção e circulação dos corpus examinados nesses trabalhos. Em Rumeu (2008), Pereira (2012) e Souza (2012), as amostras são compostas por cartas pessoais em âmbito privado, produzidas por sujeitos-autores identificáveis, pertencentes a redes familiares e afetivas da elite letrada, e dirigidas a destinatários específicos no interior da esfera íntima.

Nessas condições, sugere-se que as mulheres adotariam uma variante considerada mais “neutra” ou de “melhor tom” (você) como estratégia de atenuação em uma sociedade patriarcal, interpretação explicitada por Lopes, Marcotulio e Oliveira (2018), que ligam o uso de ‘você’ à herança de traços de indiretividade e menor ameaça à face do interlocutor:

¹⁴ A decisão metodológica de controlar três faixas de tempo (1915-1920; 1921-1926; e 1927-1932) se deve às limitações, naturais em um estudo sociolinguístico histórico, no que se refere à coleta de dados por ano em cada corpus, considerando o material digitalizado disponível para acesso.

[...] a forma você teria herdado, primeiramente, o caráter atenuante da estratégia- fonte Vossa Mercê, por isso seria menos “ameaçador ao interlocutor”. Empregar tu poderia não ser tão “adequado” às figuras femininas no contexto social de fins do século XIX e início do XX, uma vez que tratar o interlocutor de forma mais direta com um pronome de 2SG poderia ser um ato invasivo à face do destinatário (Brown e Levinson, 1987) (Lopes; Marcotulio; Oliveira, 2018, p. 39).

Já nesta pesquisa, voltamo-nos para cartas mediadas pela imprensa, de circulação pública, muitas vezes assinadas de forma anônima ou por pseudônimos¹⁵, nas quais as posições de gênero se constroem performativamente diante de um público leitor ampliado. Desse modo, a correlação entre gênero feminino e mudança em favor de ‘você’ mostra-se condicionada pelo tipo de prática discursiva que os corpúscos materializam, o que permite entender os padrões observados aqui e aqueles encontrados em estudos pautados em correspondências privadas.

Portanto, nossos resultados não invalidam as conclusões dos estudos citados, levando em conta, sobretudo, que partem de outros contextos (corpúscos compostos por cartas pessoais trocadas entre familiares ilustres) e de correlações com outras variáveis (faixa etária, subdivisão de cartas, remetentes/destinatários e outras). Nessa lógica, as especificidades verificadas nos comportamentos linguísticos chamam a atenção para a relevância de considerar o gênero de forma situada e relacional, sensível às práticas discursivas e às condições históricas e sociais de produção dos textos.

É preciso ter em vista que *A Cigarra* não deve ser assumida como um simples repositório de “textos de mulheres”, já que construía, através da escrita, *uma representação* de um ideal de feminilidade centrado em mulheres brancas, jovens-adultas, das classes alta e intermediária, letradas e situadas no estado de São Paulo. O periódico não apenas delimitava quem poderia escrever, mas também quais modos de dizer se tornavam reconhecíveis como legitimamente femininos. Assim, o espaço dedicado às cartas engendrava um contexto discursivo no qual a variante 2P/tu se mostrava particularmente adequada, na medida em que, no período em análise, tal estratégia era mobilizada em relações de maior proximidade, familiaridade e envolvimento interpessoal (Faraco, 2017; Lopes *et al.*, 2018; Rumeu, 2008). Nesse sentido, o uso de 2P/tu nas cartas da revista era constitutivo da própria performance do gênero feminino.

A *Revista da Semana*, ao compartilhar esse mesmo projeto de endereçamento a um público feminino similar, ajuda-nos a sustentar tal argumento, já que as distribuições das variantes se aproximam daquelas encontradas n’*A Cigarra*. Tendo em conta a concepção de gênero social como uma prática reiterada de atos (Butler, 2018a, 2918b) e a premissa de que a imprensa feminina funciona como tecnologia de gênero (Lauretis, 1994), as revistas favoreciam e difundiam padrões linguísticos associados a valores sociopragmáticos específicos. Em outros termos, o uso recorrente de 2P/tu parece se ligar a expectativas socialmente atribuídas ao feminino, que se estabilizavam no âmbito das práticas mediadas pela imprensa, responsável por regular modos legítimos de sentir, dizer e se posicionar linguisticamente como uma mulher.

¹⁵ É importante lembrar que, por meio das cartas, as leitoras conversavam entre si, embora os textos fossem públicos.

Vejam os alguns exemplos:

- (9) Querida amiguinha. Conheço-te e sei que és boa. Dizes que tudo passa. Sim, passou aquelle sonho que foi talvez o primeiro... Mas, Porque? Por ser subjugado por outro. Amas com ardor. Porque és tão sensível? Não deves ser assim. Sabes que numa época como esta, em que a miséria e decadência predominam, mostrar teu amor, é fazer que elle se proste por terra e seja espisinhado! Sê altiva, sepulta em teu coraçãozinho esse affecto que é puro em ti, procura até encontrar (coisa difficil!) aquele que saiba avaliar o poder desse sacrosanto amor. Escolhe-o bem, estuda-o com attenção, para depositar-lhe n'alma a tua felicidade. Podes ficar sciente de que os homens só merecem credito depois de um minucioso estudo. Mesmo com as multiplas experiencias que tenho tido, acho que nunca lhe devemos ter inteira confiança. Já passei por muitos enganços e hoje, o meu <Eu>, só se recorda de ingratições. Da leitora e colleguinha - Turmalina Verde (*A Cigarra*, abril de 1921).
- (10) Minha linda Boneca [...] Viver é uma de suas terríveis expressões. Eis a verdade em que deves, sabiamente, iniciar teus filhos. Nada, de mais fecunda forma, lhes semeará na alma sementes de solidariedade humana. [...]. E tudo isto conseguirás com a simples ajuda de uma pequena bibliotheca. Os livros podem ser, minha linda Boneca, um veneno mortal. É escolher os livros amparo e protecção e ensinamento; é collocar-lhos nas estantes do pabilhão para que as crianças os encontrem. Antes do mais: não lh'os apontes, não lh'os offereças, deixa que tenham a illusão de escolher, de descobrir, principalmente de pensar todos os livros mais ou menos bons; evita-lhes a curiosidade do mau livro [...] Beija-te tua Elena (*Revista da Semana*, novembro de 1924).

No excerto (9), extraído d'*A Cigarra*, a autora, que se identifica pelo pseudônimo Turmalina Verde, dirige-se a outra leitora como “querida amiguinha”, ilustrando a prática editorial de publicar correspondência entre leitoras, comum nos anos de 1915-1932. Essa forma de endereçamento estabelece proximidade entre remetente e destinatária e, não por acaso, inscreve ambas em uma rede de sociabilidade feminina que se constrói e se legitima na própria circulação dessas cartas.

Pela troca, depreendemos que a destinatária vivenciou uma desilusão amorosa, o que orienta o propósito comunicativo da carta: aconselhar, com base na experiência própria, a busca por um novo amor, ainda que seja difícil. Embora o conselho assuma contornos normativos, a estratégia escolhida (2P/tu) contribui para mitigar a assimetria entre quem aconselha e quem é aconselhada. Inclusive, o uso de imperativos em 2P/tu (“sê”, “sepulta”, “escolhe-o”) não rompe com a cena de intimidade construída, mas se insere nela. Em vez de instaurar uma posição de autoridade, o enunciado se ancora na intimidade e na cumplicidade.

A escrita recorre, ainda, a recursos como o diminutivo (“coraçãozinho”) para atenuar o teor prescritivo do conselho, que inclui ainda a recomendação de estudar bem o futuro amado antes de depositar-lhe a confiança. Ademais, as escolhas linguísticas no trecho (“querida amiguinha”, “conheço-te”, “és boa”, “coraçãozinho”, “afeto puro”, “estuda-o com atenção”, “depositar-lhe na alma tua felicidade”) produzem um registro marcadamente íntimo.

Em (10), passagem de uma das cartas publicadas na *Revista da Semana*, observamos uma configuração semelhante no que diz respeito à construção de intimidade, mesmo que em outro tipo de relação. A autora dirige-se à destinatária como “minha linda Boneca”, mobilizando um vocativo afetivo

que delimita uma cena de intimidade. A carta se organiza em torno de um discurso de aconselhamento voltado à educação dos filhos, especificamente no que se refere à formação moral e intelectual por meio da leitura. Como em (9), há a presença de formas verbais imperativas com marcas de 2P/tu (“não lh’os apontes”, “não lh’os ofereças”, “deixa que tenham a illusão de escolher”), que estruturam o texto como orientação prática.

O que fica evidente, nesse caso, é a articulação entre maternidade, cuidado e responsabilidade formativa, elementos centrais na construção de um ideal de feminilidade no período. A escrevente, nomeada como Elena, assume uma posição de quem detém saber e experiência, mas essa posição é mediada por estratégias de aproximação, que evitam a constituição de um distanciamento no enunciado.

O contexto de familiaridade, ilustrado nos fragmentos (9) e (10), se coaduna à preferência pelo uso de 2P/tu, estratégia pronominal associada, no período em análise, a trocas de maior proximidade entre interlocutores (Lopes; Marcotulio, 2011). Tal aspecto auxilia a construção de uma escrita orientada pelo cuidado, pelo aconselhamento e pelo envolvimento afetivo, em consonância com o ideal feminino promovido por essas publicações.

À luz desses dados, a baixa frequência de 3P/você não deve, portanto, ser interpretada como indicador de que “as mulheres eram conservadoras”, do ponto de vista linguístico. O resultado, na verdade, pode corresponder a um efeito das práticas reiteradas por meio das quais se produzem posições do que é reconhecido como feminino. Na pesquisa, essa produção se dá no interior de tecnologias de gênero (no caso, *A Cigarra* e *Revista da Semana*) que regulavam modos legítimos de dizer, sentir e se posicionar como mulher, restringindo o uso de uma variante com o traço de [+distanciamento] (3P/você).

Ao mesmo tempo, o próprio contexto de recepção dessas cartas precisa ser considerado: tratava-se de textos publicados em revistas, cujo funcionamento discursivo demandava a construção de uma cena enunciativa marcada pela intimidade. Nessa situação, o uso recorrente de 2P/tu pode ser interpretado também como uma estratégia de legitimação da carta pessoal, simulando uma confidencialidade que não se sustentava espontaneamente em um espaço de circulação midiática. Ou seja, os resultados a que chegamos não decorrem de uma característica intrínseca das mulheres, e sim da relativa incompatibilidade sociopragmática entre a variante 3P/você e o discurso de intimidade e proximidade reiterado por essas publicações.

5. Considerações finais

Neste artigo, partimos do reconhecimento de que a interpretação da variável social gênero na Sociolinguística Variacionista tem sido orientada por perspectivas essencialistas, baseadas em pressupostos dicotômicos, que tendem a tratar padrões como homogêneos, frequentemente reproduzindo as tendências do Paradoxo do gênero (Labov, 1990, 2001) como uma verdade universal. Ao articular os pressupostos sociolinguísticos às teorias sociais de gênero (Butler, 2018a,

2018b; Lauretis, 1994), consideramos a imprensa voltada ao público feminino como um espaço de performatividade e tecnologia de gênero, por seu papel na construção e disseminação de representações socialmente legitimadas de feminilidade. Essa perspectiva, conforme procuramos sustentar, permite apreender gênero não como categoria demográfica, e sim como dimensão social e histórica.

A aplicação do modelo teórico-metodológico ao qual recorreremos na análise da variação entre as marcas de 2P/tu e 3P/você em cartas publicadas na revista *A Cigarra* e em um grupo controle (*Revista da Semana* e *Correio Paulistano*) revelou a viabilidade e a pertinência da proposta. Os resultados indicaram que a performatividade de uma feminilidade específica, guiada pela intimidade, incentivada por essa tecnologia de gênero, atua como um fator restritivo à adoção da variante 3P/você, ligada a traços de [+distanciamento]. A retenção da variante 2P/tu, vinculada a uma [+intimidade], nos dados analisados mostrou-se, portanto, menos como um indicador do sexo biológico dos escreventes e mais como um elemento constitutivo do próprio modelo de feminilidade que tecnologias de gênero (*A Cigarra* e *a Revista da Semana*) produziam e difundiam. Desse modo, o padrão linguístico identificado tem relação com uma performatividade do feminino, e não com uma suposta essência ou propriedade inerente a um sujeito universal “mulher”.

Nesse sentido, as reflexões propostas avançam na problematização do uso do gênero social como categoria analítica na Sociolinguística Variacionista, ao fornecerem um instrumental teórico-metodológico para tratá-lo em sua complexidade. Ainda que nosso estudo apresente especificidades, por nos basearmos em dados escritos e em amostras de sincronias pretéritas, marcadas por condições próprias de produção e circulação, entendemos que as questões aqui desenvolvidas não se restringem a esse recorte empírico. Ao contrário, buscamos delinear uma possibilidade teórico-metodológica aplicável a diferentes investigações sociolinguísticas, desde que orientadas por uma perspectiva não essencialista. Tal encaminhamento implica questionar o uso recorrente do gênero como categoria *default* nas pesquisas sociolinguísticas, uma vez que as mulheres não podem ser tomadas como um bloco uniforme, mas devem ser analisadas em sua pluralidade, considerando-se as múltiplas maneiras de constituição de suas posições sociais e discursivas.

Nossa posição se junta à advertência de Wodak e Benke (2017, p. 150, tradução nossa) de que “se as teorias sociológicas do contexto e das conceitualizações de gênero, etc. continuarem a ser ignoradas, as explicações contraditórias não desaparecerão”¹⁶. Portanto, tendo em conta a promoção de um diálogo interdisciplinar, um olhar social de gênero em todas as suas complexidades históricas e sociais apresenta-se como um caminho, o qual tentamos percorrer neste artigo, para repensar os processos de variação e mudança linguística. Nessa direção, defendemos que cabe ao analista explicitar os limites de seu corpus e orientar suas interpretações de maneira a não naturalizar diferenças, mas a problematizá-las, de modo que os padrões observados não sejam vistos enquanto expressão de essências atribuídas a categorias como “homens” e “mulheres”.

¹⁶ No original: “If sociological theories of context and of conceptualizations of gender, etc. continue to be ignored, contradictory explanations will not disappear” (Wodak; Benke, 2017, p. 150).

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Acervo Digitalizado (A Cigarra)*. São Paulo: Governo do Estado, [2025]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acesso em: 24 out. 2025.
- AUER, A.; PEERSMAN, C.; PICKL, S.; RUTTEN, G.; VOSTERS, R. Historical sociolinguistics: the field and its future. *Journal of Historical Sociolinguistics*, [s. l.], v. 1, n. 1, pp.1-12, 2015. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/jhsl-2015-0001/html?srsid=AfmBOopbBpogjFQodRDhtEildNu4c1I2XPFBnyI389j-SSeRCubl4G9y>. Acesso em: 20 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1515/jhsl-2015-0001>.
- BARBOSA, M. dos S. *A cor e o silêncio: apagamento da mulher negra na sociolinguística*. 2025. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2025.
- BASSANEZI, C. B. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Hemeroteca digital brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [2025]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 out. 2025.
- BUCHOLTZ, M. From ‘sex differences’ to gender variation in sociolinguistics. *Working Papers in Linguistics*, [s. l.], v. 8, pp. 33-45, 2002.
- BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*, [s. l.], n. 78, pp. 1-16, 2018a. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.
- CASADEI, E. B. Questões de consumo e a feminização da Revista da Semana. *Revista Z Cultural*, Rio de Janeiro, v. 7, pp. 1-15, 2017. Disponível em: <https://revistaz.letras.ufrj.br/questoes-de-consumo-e-a-feminizacao-da-revista-da-semana/>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- CIXOUS, H. *O riso da Medusa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- CLEMPI, C. B. *Variação entre futuro sintético e perifrástico em textos escritos: um estudo diacrônico sobre o papel do gênero feminino na mudança linguística*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019. 139 f. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7749882. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CLEMPI, C. B. *Contribuições de teorias sociais de gênero para o estudo da mudança linguística: uma discussão sobre a implementação de marcas de 3P associadas a ‘você’*. 2024. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 212 f. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/55d4bf85-6f92-4f84-bf77-5e34487fcc9>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Palo Alto, v. 43, n. 6, pp. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 94, pp. 41-77, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YgZNbXJFXCMmCKzKbnnP6t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>.

CZRNORSKI, S. R.; MEYRER, M. R. Chics, elegantes e distintas: a moda na seção Jornal das famílias da Revista da Semana (1915-1918). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 8, n. 15, pp. 247-271, jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10626>. Acesso em: 13 abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v8i15.295>.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUMONT, L. M. M.; SANTO, P. E. Leitura feminina: motivação, contexto e conhecimento. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 10, pp. 28-37, 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100004. Acesso em: 11 nov. 2025.

ECKERT, P. Three waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 41, p. 87-100, 2012. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/ThreeWaves.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). *Linguagem, sexo, sexualidade*. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 93-107.

FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, pp. 114-132, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/lh/article/view/17150>. Acesso em: 24 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v3i2.17150>.

FASOLD, R. *The Sociolinguistics of Language*. Oxford: Blackwell, 1990.

FREITAG, R. M. K. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (org.). *Mulheres, Linguagem e Poder*. Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015. pp. 17-74.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 56, n. 3, pp. 917-944, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/J6Zch9z3RPYz5ZGxnQkZJkr/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300009>.

HELLER, B. Vossas filhas sabem ler? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: Intercom, 2001. pp. 1-17. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/np4heller.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HOOKS, B. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid: Vervuert, 2008. pp. 53-88.

LABOV, W. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, v. 2, n. 2, pp. 205-254, 1990.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*, vol. 2: Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016 [1972].

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. Tradução de Susana Bornéo Funck. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 206-242.

LEVON, E.; MENDES, R. B. Introduction. Locating sexuality in language. In: LEVON, E.; MENDES, R. B. (ed.). *Language, sexuality and power: studies in intersectional sociolinguistics*. Oxford: Nova Iorque, 2016. pp. 1-18.

LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: RAMOS, J.M.; ALKMIM, M.A. (org.) *Para a história do português brasileiro: Estudos sobre Mudança Lingüística e História Social*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. v. 5, pp. 329-357.

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L. O tratamento a Rui Barbosa. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (org.). *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*, 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. v. 2, p. 265-292.

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L.; OLIVEIRA, T. L. de. A atuação dos papéis sociais na mudança no sistema de tratamento no português brasileiro: análise de cartas pessoais (1870-1979). *Estudos de Linguística Galega*, [s. l.], pp. 29-44, 2018. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/3543>. Acesso em: 24 out. 2025. DOI <https://doi.org/10.15304/elg.v2i1.3543>.

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L.; RUMEU, M. C. B.; ANDRADE, A.; COELHO, I. L.; MARTINS, M. A.; LACERDA, M. O.; GOMES, V. S.; MONTE, V. M. CARNEIRO, SOUZA, C. M. N.; BALSALOBRE, S.; SOUZA, J. P.; OLIVEIRA, T. L.; MOURA, K. K.; CRUZ, I.; CARDOSO, N. D. A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito. In: CASTILHO, A. T. (coord.). *História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. São Paulo: Contexto, 2018. v. 4, pp. 26- 141.

MILROY, L. *Language and Social Networks*. Oxford: Blackwell, 1980.

MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura do século XX*. São Paulo: Olho D'Água/Fapesp, 2001.

MOREIRA, L. G. *Em dia com a moda*. Da emancipação feminina ao culto à juventude nos anos 60: a representação da feminilidade nas páginas de *A Cigarra*. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=34584&idi1=&rc=1>. Acesso em: 20 out. 2025.

NICKERSON, R. S. Confirmation bias: a ubiquitous phenomenon in many guises. *Sage Journals*, [s. l.], v. 2, n. 2, pp. 175-220, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1037/1089-2680.2.2.175>. Acesso em: 20 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1037/1089-2680.2.2.175>.

OUSHIRO, L. As variáveis sexo/gênero e indivíduo em situação de contato dialetal. In: CARVALHO, D.; BRITO, D. (org.). *Gênero e língua(gem): formas e usos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020. pp. 43-66.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, São Paulo, v. 24, pp. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.

PEREIRA, R. de O. *O tratamento em cartas amorosas e familiares da Família Penna: um estudo diacrônico*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://laborhistorico.letras.ufrj.br/Mestrado/PereiraRO.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

PODESVA, R. J. Phonation type as a stylistic variable: the use of falsetto in constructing a persona. *Journal of Sociolinguistic*, Hoboken, v. 11, n. 4, pp. 478-504, 2007.

PODESVA, R. J. Salience and the social meaning of declarative contours: three case studies of gay professionals. *Journal of English Linguistics*, [s. l.], v. 39, n. 3, pp. 233-264, jul. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0075424211405161>. Acesso em: 13 abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1177/0075424211405161>.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ROMAINE, S. *Socio-Historical Linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RODRIGUES, A.; CLEMPI, C. B.; FELIX, R. de A. A. Approaching Gender and Sexuality Issues from a Sociolinguist Corpus-Based Analysis: A Methodologic Challenge. In: MASSINI-CAGLIARI, G.; BERLINCK, R. A.; RODRIGUES, A. (ed.) *Understanding Linguistic Prejudice*. Cham: Springer, 2023. pp. 139-155. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-25806-0_9. Acesso em: 11 nov. 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-25806-0_9.

RUMEU, M. C. B. *A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/marciarumeu/Rumeu%20\[2008\].pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/marciarumeu/Rumeu%20[2008].pdf). Acesso em: 24 out. 2025.

SCALZO, M. *Jornalismo de revista*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA, J. P. F. *Mapeando a entrada de você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://laborhistorico.letras.ufrj.br/Mestrado/SouzaJPF.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

TOSALD, L. Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformador das políticas de diferença. *Mediações*, Londrina, v. 15, n. 2, pp. 166-183, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8228>. Acesso em: 20 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2010v15n2p166>.

TRUDGILL, P. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. *Language in Society*, Cambridge, n. 1, pp. 179-195, out. 1972. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/language-in-society/article/sex-covert-prestige-and-linguistic-change-in-the-urban-british-english-of-norwich/6A687B9A4422D36E3C85E5A8407EC00D>. Acesso em: 13 abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404500000488>.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WODAK, R.; BENKE, G. Gender as a sociolinguistic variable: New perspectives on variation studies. In: COULMAS, F. (org.). *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 2017. pp. 127-150.